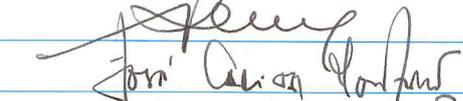


23/11/90

O deputado José Ferreira disse para que todo este Repub-
licando está cheio de ilegalidades, pensando que o Grupo
CDU apresentará uma nova Proposta sobre Zonas de Estado.
Porta e votação foi a Proposta de alteração do Regulamento
de atribuição de Zonas de Estado no Artigo Segundo,
aprovada por unanimidade, passando o rendimento por
capite do grupo de família e não poder ultrapassar o
cinquenta e cinquenta mil cruzados.

A Presidente da Mesa antes de encerrar a sessão, deu
a palavra a Doutora Cecília, que relativamente ao
álbum, achou por bem dar alguns esclarecimentos à
Assembleia. Começou por recordar que o projecto esteve
em estudo durante um mês. Em relação ao banco de
pedras disse em obra que os mesmos estavam fora do
álbum apenas por serem perturbados e recuperados. Disse
em intenção de responsabilizar pelo projecto entender o
que é histórico e preservar e cuidar sobre tudo o que
seja insubstituível. Este neste caso o Mirante que
foi pintado apenas porque é feito de azulejos e
uso de pedras. Se fosse de pedras seria um crime fi-
tá-lo, disse. Salientou ser importante a coordenação de
espaço, o que está previsto no projecto, e que esse mesmo
implementação são naturalmente precedidos, tendo já algu-
mas das fases sido iniciadas ou concluídas.

Neste mês, havendo chutado deu a Presidente da Mesa
por encerrar a sessão com uma hora e quinze minutos.


José António de Sá
ACTA NÚMERO 223

Do vinte e três dias do mês de Novembro de um novecentos
e noventa, pela vinte e uma hora e quinze minutos, deu-se
cunho à quinta sessão extraordinária de Assembleia Mu-
nicipal de Alta do Chão com o seguinte ordem de trabalhos:
Nenhum um - Transporte Zonas

23/11/90

Uniuerso dois - Problemas relacionados com a saúde no Concelho;
Uniuerso três - Ajuda de Custo.

Constatada a existência de questões apenas com a falta dos
Deputados, Dr. Malhães e Doutor Viana, deu o Presidente
do Mesa início à leitura da correspondência.

Foi feita a leitura, a leitura de acts de reunião anterior
que, votada, foi aprovada por maioria, com duas abstenções
do deputado José José e José Eduardo.

Leida no período de antes do orden do dia, pediu o falante
o deputado José Eduardo para dizer, voltando ao assunto do
aluno, que parece existir uma deliberação de Assembleia
anterior, que obriga a Câmara a pedir parecer igual, sempre
que se apresentarem os projectos ou obras no jardim ou
na casa do aluno. Sendo assim, deve ser devolvida
para aprovação da Assembleia o projecto referente ao 1º
referido jardim.

Foi a Comissão de acts do período de equívocos do
aluno, constatando-se que não eram esses o terreno aprovados.
A Presidente do Mesa, dando início à ordem de trabalhos
concessou por ordem do Mesa que, na opinião do Mesa,
justificam em Assembleia, após debate. Seguido disso, os par-
tes em discussão e os projectos que o mesmo justificam,
três, todos eles, implicando de ordem monetária e tendo,
por, de um parecer verbal, no próximo orçamento, se,
como parece, a discussão dos mesmos a isto conduzir.

Actis que mais melhora fazer já as sugestões e a proposta ao
Executivo de modo a simplificar a futura do próximo
orçamento e ainda no intuito de se também a Assembleia
e mesa, de acordo com a unidade financeira e sempre
chamar-se durante todo um dia de actividade, apesar do
facto que as conclusões sejam de máxima importância e
seriedade. Após reunião, segundo disse, muita vez se
esquecendo no futuro do documento já citado, e cobrando
o plano de Assembleia, apesar de crítica e discordância,
for aprovada os mesmos apenas para não dificultar a parte

23/11/50

do executivo em com o interesse de não se libertar nas mãos
completamente, apesar de não implicar, por vezes em grande
conflito, fazer por a população.

Depois iniciou o discurso do primeiro Pointe de
Ordem de Desobediência, fazendo a sua introdução. Começou
por recordar a Assembleia a história que trouxe até
esta sessão esta problemática, desde a fundação de Portugal
de Comissários de País e de nomeação por esta Assembleia
de uma Comissão que foi, juntamente com a Câmara,
ter de resolver o problema junto do Poder Judiciário Nacional.
Da reunião havida, disse, ficou a possibilidade de cedência
de um quinto Autonomia pelo Poder Judiciário todo feito de cinco
mil e quatrocentos, sendo fixado apenas metade das decisões
do executivo. Na reunião havida em um de Outubro, o
executivo, por unanimidade, deliberou não apoiar esta
proposta de Erola de País e de Alentejo, alegando difcul-
dades financeiras e por não ter havido acordo com a
Erola na alteração da legislação. Na data que refere
esta decisão o 2.ª reunião havida em vinte e quatro de
Setembro com toda a parte envolvida, não houve e
mancomunada e representantes da Assembleia. Entretanto
é recebido em dois de Novembro na Câmara com
conhecimento do Erola CTS, uma carta do Coordenador
de Ações Educativas do Alto Alentejo, alertando a mesma
para o cumprimento da lei, com referência ao Decreto-
Lei de agosto e havendo e mais há de orientar e sustentar
nomeadamente um ponto dois e dois do Artigo 1.º, em
junho um tempo de espera próximo para o Alentejo
deu resposta, de consentir e cinco minutos.

Rediu e passou o deputado Erola dizendo que o prazo de
cinco mil e quatrocentos não é muito barato, entendendo a que
a Câmara só intercederia com competência por
a necessidade complementar da legislação, no entanto e
entendendo ao fim a que se destina concorda que se
justifica o pequeno esforço a fazer. Disse ainda que

23/11/90

foi uma subseqüente em relação ao ofício já referido do Condutor, pois faz-se, contrariamente ao que se diz, a questão do transporte nos o' casos do interesse escola. Na sua opinião os principais pontos do problema escola são a falta excessiva de turmas; Potência insuficiente do governo para material escola; Deficiente formação e reciclagem dos professores; Escalas desajustadas; Não cumprimento das condições remuneratórias acordadas entre o governo e os professores.

Pedi o parecer o deputado José Soares começando por fazer basear a sua discussão no ofício do Condutor. Foi importante, disse, trazer como referência (e isso já antes tinha sido dito) a lei. Independentemente de a Câmara ter falta de verbas ele fez que a lei tem que ser cumprida e visto que é bem clara - o tempo máximo de espera é de somente e cinco minutos e não de uma hora e um minuto. É claro de quem de direito pertence, pois que seja cumprido o que está estipulado e, neste caso, a Câmara, com ou sem acordo com a Federação, deve ser clara e resolver a situação.

O deputado José Soares pediu o parecer e disse que a questão da lei é, sem dúvida, difícil de entender e pensa que a mesma está, é proibido, de qualquer forma, pois quando a Câmara não recebe as verbas específicas destinadas ao fim em causa e tem que gastar para o efeito dinheiro que não tem, isto, de certa forma, pode comparar-se com as pessoas coletivas ou não que passam depois sem cobertura para resolver uma ou outra situação e que acabam por cair no banco. Perguntou ainda se ele, Presidente da Câmara, tem verbas específicas para o transporte.

A Presidente da Mesa, no ato de parecer e no intuito de clarificar e objectivar a discussão, segundo disse, apresentou a Proposta da Mesa, que se resume a que

23/11/50

leja nãõnicas no próximo Orçamento que contempla mais este despesa com os transportes escolares. —

O deputado José Eduardo pediu a palavra para felicitar a mesa pela forma objectiva e clara com que este assunto foi apresentado. —

O deputado Brazão no uso da palavra achou que a atitude de Vossa Ex.ª como pôr o caso à frente dos dois pois o ponto está aqui para ser discutido e não para haver de seguida a certa flocos políticos e quem o desenvolvimento da discussão pode não apressar. —

Pediu a palavra o deputado Couto começando por dizer que sentia na Assembleia um excesso de trabalho em parte propostas, projectos ou recomendações do Executivo e que talvez não se justifique por aquilo que tem a contido do tempo de um dia inteiro, quando a Assembleia, no uso das suas funções, se faz e de vez em quando, por melhor e mais justa que foram, acabaram por cair em saco roto. Não creio que isso deve continuar, disse, e pensa que esta vez de tão irritante, se comparada com outras que se discutem, quando ele, com pouco critério (e cita as palavras de desenvolvimento e outras pedida e mais para satisfação de combater, por empurrar, apesar impositivo um projecto) e sem negada ser a sua uma atitude errada, ou uma hesitação do executivo, que não pode nem deve alhar-se de novo, só porque não foi iniciativa sua. Criticou ainda o que pensa ser uma atitude propositiva, não fazendo com que no ponto que discute este problema com a Rodoviária e a participação da Assembleia. —

Ponto de ordem foi a proposta aprovada por unanimidade de dar, pois, com o próximo Orçamento para um milhão e mais e um, valor que se contempla o transporte escolar digno e a honra das crianças da Sanguinaria para a Escola C.ª. —

23/11/90

Para a apresentação do Segundo ponto da Ordem de Trabalhos tornou a falar o deputado Ceira. Em suma toda a sessão desta Assembleia, por este ou por aquele motivo, disse, se tem debatido e tratado nos grandes e pequenos problemas da saúde deste nosso Concelho. A Mesa pensa em conveniência e no requimento do que vários deputados desta Assembleia têm dito, que algo tem que ser feito, de forma a apitar o mecanismo dos responsáveis e a denunciar esta situação claramente, com esperança que possam daí nascer algumas perspectivas de melhoria da situação. Para tanto a Mesa faz uma proposta objetiva (e tenta que isto não o seja o certo é facto do não) e que se reduz, concretamente, a dois pontos - 1.º Deve a Assembleia dinamizar um grande debate sobre a saúde no Concelho, alargado à população e com a participação de todas as entidades responsáveis já no princípio do próximo ano. 2.º Propor-se à Câmara que inclua no próximo Plano de Actividades a construção de um novo Centro de Saúde. A Presidente da Mesa entende, para melhor ser compreendida esta proposta no seu segundo ponto, dizer que existem várias alternativas para a construção de um novo centro na construção de novo Centro de Saúde e que se houve interesse e iniciativa da parte da Câmara não seria difícil torná-lo uma realidade. É muito importante, disse, para melhorar a prestação de cuidados médicos um novo Centro, pois em altura e altura, principalmente, são despendidas as condições em que a mesma se faz. Para ilustrar esta afirmação referiu que era despendido para fazer humidade, ao fim, do vidro partido, a utilização de consultas, a falta de espaço, de camas e outros.

O deputado Brazão pediu a palavra e referiu que quando lê na ordem de trabalhos que irão ser debatidos os problemas com a saúde no Concelho, julga que existem ser realçados alguns dos problemas actuais, como o da cessação do internamento, o das consultas e a não exis-

23/11/50

término de banco, adirindo que estes são bem mais urgentes do que a construção de novas instalações e que o well-being de milhares de cidadãos médicos nem sequer parte pela conclusão das instalações.

O deputado José Afonso referiu, no ano de 1949, que a união administrativa leva a situações injustamente caricatas e injustas, pois na sua opinião há dinheiro para tudo menos para o que é essencial. Em Alentejo, por exemplo, e em pouco tempo, já se fizeram dois hospitais de Beja e dois de Lagos, no entanto, para a Saúde e para o Ensino o investimento não é tão rápido nem tão contínuo.

O deputado José Rodrigues pediu a palavra para referir que o Partido que representa não tem feito nenhuma em consideração nos a proposta de outro partido, desde que as mesmas sejam correctas.

A presidente do Mesa, embora não considerasse esta a altura própria para aprofundar a questão, não deixou de reforçar a proposta feita pelo Mesa, de se conhecer mais alguns factos. Desses resalta a subscricao a que este sujeito nesta altura o Hospital Distrital de Portalegre, principalmente da urgência, devido a duplicação do serviço nocturno em vários Concelhos, o que provoca situações como esta: Um médico parte a casa e tem que ir a Portalegre. Outras das causas é a redução drástica das camas tanto num Concelho, limitando a capacidade de internamento. Não deixou de referir que existe um projecto que prevê para Alentejo, como Centro terapêutico do Distrito, um Centro de medicação diurna.

O Doutor António pediu a palavra e explicou que a ARS está a desenvolver a criação de novo Centro de Saúde. O Doutor Brazão explicou-se com o Centro de Saúde do Hospital, de instituições que se prevêem.

A Doutora Ruijiz esclareceu que das mesmas se chamam oficialmente Centros de Saúde Integrados por integração os antigos Serviços Médico-Sociais das Casas do Povo e, além

23/11/90

de consultas, podem ser intensamente.

O deputado João Aço pediu a presença de um médico, fazendo, disse, que se deve contactar a A.R.S. deitando fora o debate a ser, fazendo uma redacção conjunta da Vocação para tal e para denunciar o deficiente funcionamento do Serviço Médico.

Nomeada uma Comissão para redacção da Vocação e apresentada a mesma à Assembleia para votação que aprovada por unanimidade com a redacção que se segue e que constituirá, depois, órgão desta Assembleia, no seu âmbito a A.R.S. em Pontalégre, com conhecimento da Câmara e da Direcção do Centro de Saúde de Alentejo do Alentejo «Vocação»: A Assembleia Municipal de Alentejo do Alentejo, na sessão extraordinária de vinte e três do mês de novembro, debatendo o assunto constante da Ordem de Trabalho "Problemas relacionados com a Saúde no Concelho", deliberou por unanimidade dar conhecimento a essa Comissão Instaladora da realização de um debate a efectuar no princípio do próximo ano, subordinado ao tema "a Saúde no Concelho de Alentejo do Alentejo", tendente a fazer o levantamento de todas as situações em que, considerando esta, a mesma no nosso Concelho.

Oportunamente será feito convite a essa Comissão Instaladora para participação no mesmo debate»

Para constituir a Comissão que dinamizará o debate foram nomeados pelo respectivo pedido o deputado Municipal, Doutor Engenheiro, Doutor António e o senhor João Aço.

Embretando a Presidente da Mesa lembrou que da proposta inicialmente suscitada pelo senhor deputado para a recomendação da Câmara para que conste no Plano de Actividades a constituição de um Centro de Saúde novo ou entar e se a Assembleia assim o entender o início de diligências nesse sentido.

O deputado Pestes, neste particular, fez notar que não seria viável fazer uma proposta/recomendação deste tipo embora lhe parece que não há o edifício a fazer

23/11/90

uma visita do Conselho

O deputado João Aco demonstrou hesitação quanto à oportunidade desta proposta.

O deputado José Afonso retomando o tema dos gastos aplicados sem critério, referiu que, neste caso, achou absolutamente certa a construção de um novo Centro. Não seria entretanto dispendioso, disse, atendendo às condições actuais do Hospital e do foneo ou nenhum dispendio que isso trazia para a Câmara, apesar de toda a cura se ter tido dispendio com a construção do Hospital.

O deputado José Zinzinho na oportunidade de ver o Plano de Actividades da exclusiva responsabilidade da Câmara e atendendo ao facto de estar previsto o debate, onde certamente em e outros problemas irão ser levantados, fez que a recomendação a fazer à Câmara deve fazer apenas foi incluir no plano o problema saúde.

O Deputado João Francisco, no uso da palavra, deu uma melhor classificação do que pretende a Mesa com esta proposta, dizendo que o intuito não é impor à Câmara seja o que for, mas antes sugerir e dar pistas de forma a resolver, em parte, uma situação insustentável. A ideia está longe de ser, como às vezes acontece e já aqui foi referido, "ter mais um edifício, não é isso que se pretende. Pretende-se isto sim, dimensionar, a partir de agora, o verde para o ano dois mil nos termos que há grandes hipóteses e verbas, (atendendo ao documento que possuímos, vindo da A.S. e a Câmara deve ter também) de começar, e esse seria um bom começo, e organizar o Conselho de forma a trabalhar em condições o mais desfavoráveis possível.

O Presidente da Mesa ainda na defesa da ideia "Centro de Saúde", como lhe chamou, teve mais algumas considerações acerca das condições insustentáveis do actual Centro, das instalações, condições de trabalho e segurança pública que, no seu entender, tornam im-

23/11/90

prescindir o novo Edifício. É disse que tudo ali era adaptado e efêmero. O hall de entrada e a sala de espera, o mobiliário está obsoleto, a segurança é nula, não há contacto dos doentes, misturando serviços, crianças, Infecto - contágios, etc, não há meios físicos, instalações e material de manuseamento perigosos, sem no acesso condicionado de ferros, sempre que há algum acidente, impedindo a privacidade e a prestação eficiente e capaz de assistência. É isto tudo apesar do grande esforço do Director e toda a ordem responsável do Centro, fazendo constantes adaptações, respondendo estantunamente, adaptando o velho ao obsoleto.

O deputado Bento Ribeiro fez, constatando a problemática deste problema, reconhecer, na verdade, a necessidade de um debate sobre este matéria.

O Deputado Antonio Teixeira, no uso da palavra e na sequência da intervenção do deputado José Soares disse que as Câmaras Municipais podem permanentemente controlar esse candidato se a verba da OSD/MS para construção do Centro de Saúde.

O deputado Brazão no uso da palavra fez a seguinte questão. Admitindo que a Câmara se candidatar a essas verbas, que se aceite e que se consegue construir, como é que o novo Centro de Saúde se articulava com o que ele considera o problema fundamental e que é o da prestação do cuidado médico atendendo a que ninguém é obrigado a trabalhar sem ter pago.

O deputado Celso no uso da palavra retomou a questão que considera ser absolutamente infundada, do ponto de vista com que a Assembleia Municipal de Alton encara estes problemas que, de alguma forma, podem ser considerados críticas ao Executivo, mas que não deixam de ser, aliás, reconhecidas por toda a assembleia que nos os deites, devem tomar em mãos, apontando vias e promovendo soluções. É isto que fizemos

23/11/30

neste sessão. É mais, disse, que seria muito um voto de parte da Câmara, não tem em conta, e sem aprovação, e mais recomendação, já que, depois deste debate, irá falta a Assembleia em, de facto, fazer o Centro de Saúde.

Porto a votação e recomendação a Câmara de incluir no plano de Actividades para um noventa e nove e um a construção de um Centro de Saúde, foi a mesma aprovação por unanimidade.

Em declaração de voto o deputado José Agó disse ter votado a favor pois o debate já muito-lhe tem ficado suficientemente esclarecido.

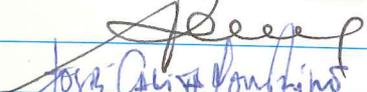
O deputado José Ferreira, na introdução do terceiro ponto da Ordem do trabalho, chamou a atenção para a alteração da lei que consigne o pagamento dos transportes do deputado que tenham domicílio nos dias do Município e para a questão da ajuda de custo. Segundo ele e de acordo com o actualmente legislado é claro que os deputados vindos das Freixas têm direito ao pagamento dos quilómetros, sendo esta uma situação a regularizar com o pagamento integral de todas as reuniões anteriores. Em sua opinião também é generalizado o direito a ajuda de custo desde que justificada no tempo enquanto, no entanto ainda foi pedido um parecer que virá confirmar esta leitura.

Induzido a fazer parte relativa ao pagamento dos quilómetros do custo deputado deslocado da sede de Junta de Freguesia foi formulada e aprovada por unanimidade servindo-se de imediato e necessários documentos para o seu pagamento.

O deputado Brazão antes do fim do sessão e ainda no âmbito do pagamento, perguntou do responsável do serviço da Câmara de facto se os ordenados do Presidente e todos os veredouros estão em dia.

14/12/90

Perante e perante afirmar-se perguntar ainda porque é que os membros da Assembleia têm que esperar pela Colocação das Cadeiras para lhes ser feita a seguinte pergunta: "Que horas é devida a sessão que sob eleição de segunda?" Perante a ausência de resposta hávendo mais nada a fazer deu a Presidente da Mesa a Sessão por encerrada, de maneira se lavaram acts que foram a ser assinados.


José António de São Félix
ALTO MÓDULO ONZE

No quinquagésimo dia do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e sete, entre as onze e onze horas e quinze minutos da tarde, realizou-se a Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alto do Cado com a seguinte Ordem de Trabalhos: Primeiro - Informações do Senhor Presidente da Câmara, acerca da Actividade Municipal; Segundo - Discussão e votação do Orçamento e Plano de Actividades do Município para o ano de mil nove e noventa e sete e chamada constatarem-se a falta dos Deputados Municipais, Doutor Gabriel, Doutor Veículos, Martins Cardoso, José Afonso, Doutor Brazão e Suplemento Pimenta. Foi a leitura do acta da sessão anterior foi a mesma aprovada por unanimidade.

A Presidente da Mesa, Doutor Eugénio, começou por informar a Assembleia, no período de antes do ordenado dia, de correspondência recebida. Deu conta de sua participação numa reunião para o Presidente da Assembleia Municipal do Concelho do Distrito de Póvoa do Varzim, realizada em Vila, tendo, segundo disse, tomado a iniciativa de fazer o convite para que essa mesma reunião fosse feita em Alto no próximo ano. Como membro do grupo encarregado de discutir e resolver o problema dos transportes escolares, referiu a sua participação numa reunião com a Escola CTS onde usou a palavra.